



Carta Anual de Governança Corporativa e Políticas Públicas

2025

Ano base 2024

PORTOSRIO – AUTORIDADE PORTUÁRIA**CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS**

Em conformidade com o art. 8º, incisos I, III e VIII, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, o Conselho de Administração da PortosRio subscreve a presente Carta Anual sobre Governança Corporativa e Políticas Públicas referente ao exercício social de 2024.

CNPJ	42.266.890/0001-28 NIRE: 3330008080-5	ACIONISTA CONTROLADOR	União
SEDE	Rua Dom Gerardo, 35 – 10º andar - Centro CEP: 20090-030 - Rio de Janeiro/RJ	CONSTITUIÇÃO	Decreto-Lei nº 256, de 28.02.1967
TIPO DE ESTATAL	Empresa Pública	TIPO SOCIETÁRIO	Sociedade Anônima
TIPO DE CAPITAL	Capital Fechado	ABRANGÊNCIA DE ATUAÇÃO	Estado do Rio de Janeiro
ENDEREÇO ELETRÔNICO	portosrio.gov.br	AUDITORES INDEPENDENTES ATUAIS DA EMPRESA	Consult Auditores Independentes
RESPONSÁVEIS	Paulo Sérgio da Silva – CRCPR No 029.121/O-0 S-RJ Marlos Nanoni Reinert - CRCPR No 050.998/O-9 S-RJ		
DIRETORIA EXECUTIVA	Francisco Leite Martins Neto - Diretor-Presidente Francisco Leite Martins Neto - Diretor de Gestão Portuária Substituto Antônio Carlos da Glória Sardinha - Diretor de Negócios e Sustentabilidade Fernando Meira Junior - Diretor Administrativo-Financeiro		
SUBSCRITORES DA CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS	Thairyne Jessica Martins de Oliveira - Presidente do Conselho de Administração Eduardo Henn Bernardi - Membro do Conselho de Administração Roberta Cristina Eugênio dos Santos Silva - Membro do Conselho de Administração Luiz Antônio Correia de Carvalho - Membro do Conselho de Administração Jurandir Lemos Filho - Membro do Conselho de Administração Jesualdo Conceição da Silva - Membro do Conselho de Administração Cláudio de Jesus Marques Soares - Membro do Conselho de Administração		

Aprovada na 896ª reunião do CONSAD, de 19/05/2025, Deliberação 043/2025.

SUMÁRIO

1. Apresentação da empresa.....	4
2. Contribuições para as políticas públicas.....	6
2.1 Entregas de valor público.....	8
2.1.1 Direcionamento Estratégico.....	9
2.1.2 Objetivos Estratégicos para desenvolvimento de atividades e continuidade das políticas públicas.....	10
2.2 Declaração de recursos.....	11
2.3 Aderência aos ODS e iniciativas de ASG.....	11
3. Governança corporativa.....	14
3.1 Informações societárias e governança corporativa.....	15
3.1.1 Gestão de Riscos.....	15
3.1.2 Ouvidoria.....	17
3.1.3 Auditoria Interna.....	17
3.1.4 Corregedoria.....	18
3.1.5 Integridade.....	18
3.1.6 Indicadores de Governança.....	20
3.2 Dados econômico-financeiros.....	20
3.3 Comentário dos Administradores.....	20
3.3.1 Resultados Operacionais.....	21
3.3.2 Resultados e Esforços de Gestão.....	22
3.4 Fatores de Risco, Desafios e Ações Futuras.....	23
3.5 Composição e Remuneração da Administração.....	24
3.6 Inovações em Governança Corporativa.....	25
4. Considerações finais.....	26

1. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

A Lei 13.303/16, em seu art. 8º, inciso I, determina a elaboração de carta anual, subscrita pelos membros do Conselho de Administração, com a explanação dos compromissos de consecução de objetivos e de políticas públicas pela estatal, em atendimento ao interesse coletivo ou ao imperativo de segurança nacional que justificou a autorização para sua respectiva criação, com definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim, bem como dos impactos econômico-financeiros da consecução desses objetivos, mensuráveis por meio de indicadores objetivos.

A PortosRio - Autoridade Portuária (doravante, “PortosRio” ou “Companhia”), vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos, é uma empresa pública, sob a forma de sociedade anônima, de capital fechado, controlada pela União. No exercício da função de Autoridade Portuária, no Complexo Portuário do Estado do Rio de Janeiro, abrange os Portos do Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói, Angra dos Reis e Forno, tendo por competência fundamental o desenvolvimento da cadeia logística e do transporte marítimo.

As atividades desenvolvidas pela PortosRio impactam a infraestrutura nacional, o desenvolvimento econômico do país e estão em conformidade com o Plano Nacional de Logística – PNL, e em atendimento à Lei 12.815/13 (Lei dos Portos) e ao Decreto 8.033/13, que a regulamenta.

Nosso capital social atual é de R\$ 2.162.322.346,17 (dois bilhões, cento e sessenta e dois milhões, trezentos e vinte e dois mil, trezentos e quarenta e seis reais e dezessete centavos), com a seguinte composição acionária: 99,99% União e 0,01% Estado do Rio de Janeiro.

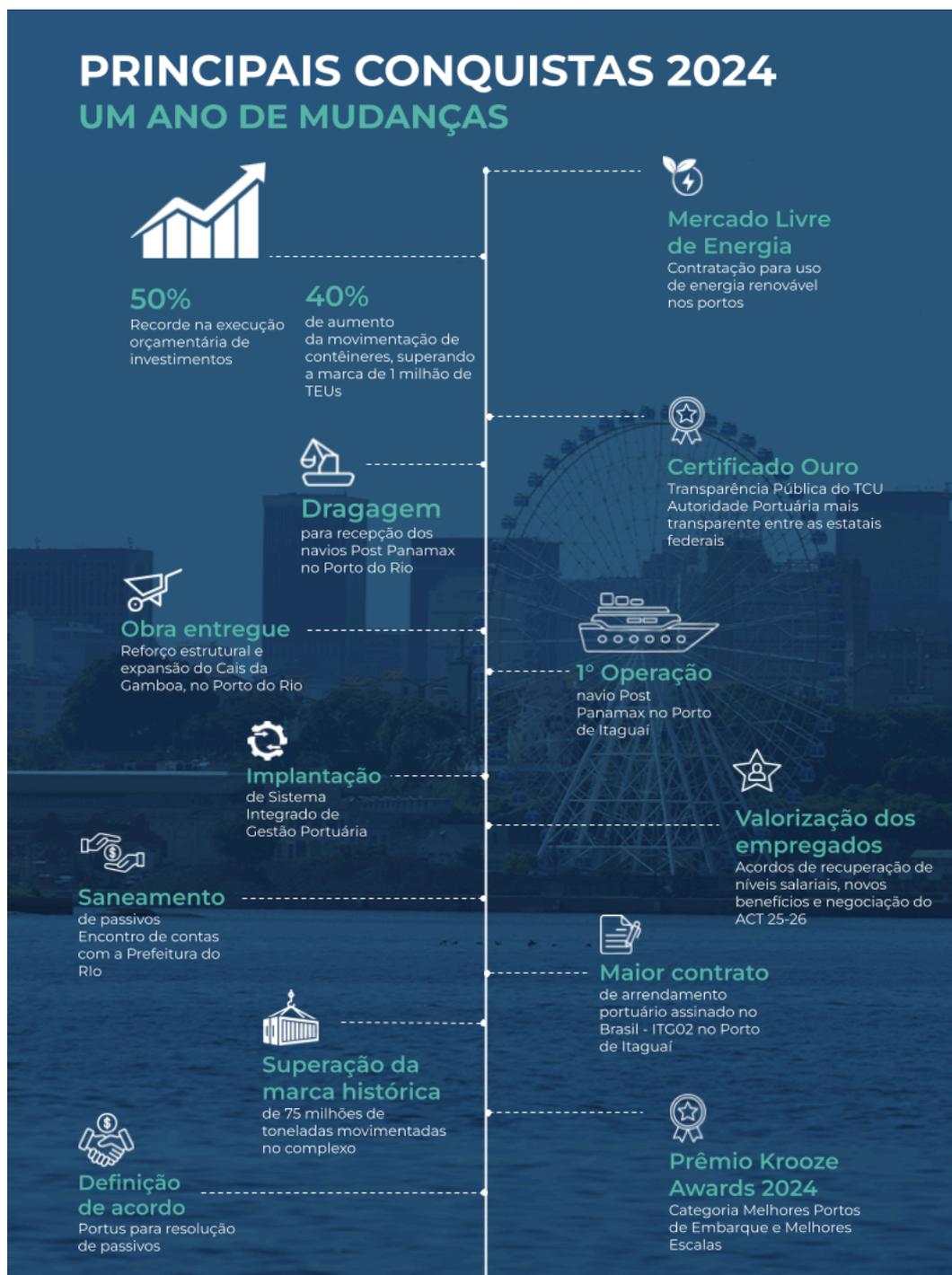
Nos variados papéis exercidos pela PortosRio, como, por exemplo, agente fiscalizador e gestor das instalações situadas dentro de um perímetro portuário, uma de suas premissas fundamentais é a de coordenar os diversos interesses dos stakeholders ligados a seu ecossistema, de forma que a busca pelos interesses individuais não se sobreponha ao interesse coletivo e não inviabilize a execução da iniciativa privada. No que tange ao interesse coletivo, os portos organizados são indutores de desenvolvimento socioeconômico, com impactos em toda sua hinterlândia.

Um porto é elemento que organiza o espaço e a oferta entre terminais, operadores, serviços de apoio, interfaces de transporte, dentre outros atores. A superestrutura portuária requer assumir o papel de uma Autoridade Portuária forte, calcada na parceria entre Estado e setor privado, na definição de políticas operacionais direcionadas e melhor aproveitamento de suas áreas, para a geração de economias de escala que beneficiem a ambos.

À União compete explorar os portos e prestar um serviço adequado, seja diretamente, seja através de autorizações, concessões ou permissões. As dimensões subjacentes ao porto pressupõem resultados à prestação de serviço portuário adequado. Desta forma, a PortosRio vem buscando a eficiência de seus processos e sua sustentabilidade econômico-financeira para acompanhar as

transformações do mercado e continuar se posicionando como alavanca de desenvolvimento de negócios.

A PortosRio reforça o seu compromisso com as boas práticas de governança, apresentando de forma transparente o relato das ações executadas, metas alcançadas, gastos incorridos, resultados econômicos e sociais obtidos e riscos envolvidos, entre outras informações relevantes, que refletem a melhoria da gestão desta empresa pública durante o exercício de 2024.



2. CONTRIBUIÇÕES PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

As atividades realizadas pela Companhia objetivam atender às políticas públicas do setor portuário, bem como ao seu objeto social, conforme previsto no Estatuto Social, sem exclusão de outras funções previstas em Lei e à Administração do Porto Organizado, em especial a Lei nº 12.815, de 2013, e o Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013:

I. Prover Infraestrutura:

- a.** mediante a realização de obras e serviços de construção e melhoramento dos portos, de suas infraestruturas de proteção e de acesso aquaviário sob sua jurisdição ou responsabilidade;
- b.** fiscalizar ou executar as obras de construção, reforma, ampliação, melhoramento e conservação das instalações portuárias;
- c.** promover a realização de obras e serviços de construção e melhoramento dos portos, de suas infraestruturas de proteção e de acesso aquaviário sob sua jurisdição ou responsabilidade; e
- d.** promover a remoção de embarcações ou cascos de embarcações que possam prejudicar o acesso ao porto.

II. Organizar atividade portuária:

- a.** autorizar a entrada e saída, inclusive atracação e desatracação, o fundeio e o tráfego de embarcação na área do porto, ouvidas as demais autoridades do porto;
- b.** autorizar a movimentação de carga das embarcações, ressalvada a competência da autoridade marítima em situações de assistência e salvamento de embarcação, ouvidas as demais autoridades do porto;
- c.** suspender operações portuárias que prejudiquem o funcionamento do porto, ressalvados os aspectos de interesse da autoridade marítima responsável pela segurança do tráfego aquaviário;
- d.** estabelecer o regulamento de exploração do porto, observadas as diretrizes do Poder Concedente; e
- e.** estabelecer o horário de funcionamento do porto, observadas as diretrizes do Poder Concedente, e as jornadas de trabalho no cais de uso público.

III. Promover a fiscalização:

a. fiscalizar a operação portuária, zelando pela realização das atividades com regularidade, eficiência, segurança e respeito ao meio ambiente;

b. reportar infrações e representar perante a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (“Antaq”), visando à instauração de processo administrativo e aplicação das penalidades previstas em lei, em regulamento e nos contratos; e

c. fiscalizar as áreas e instalações portuárias arrendadas, dentro dos limites dos portos organizados da Companhia.

IV. Realizar o planejamento e a exploração de atividades portuárias:

a. elaborar, revisar e submeter à aprovação do Poder Concedente, o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ dos portos sob sua competência ou cuja administração esteja sob sua responsabilidade;

b. explorar, direta ou indiretamente, as áreas não afetadas às operações portuárias, desde que as destinações estejam previstas no Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto a critério do Poder Concedente;

c. elaborar o edital e realizar os procedimentos licitatórios para contratos de concessão e arrendamentos, sempre que determinado pelo Poder Concedente, nos termos do § 5º do art. 6º da Lei nº 12.815/2013; e

d. arrecadar os valores das tarifas relativas às suas atividades.

V. Outras funções:

a. decidir sobre conflitos que envolvam agentes que atuam no porto organizado, ressalvadas as competências das demais autoridades públicas;

b. exercer a coordenação das comissões locais de autoridades nos portos;

c. zelar pela segurança das operações portuárias;

d. comercializar direitos provenientes dos resultados de pesquisa, desenvolvimento e inovação da Companhia, relacionados ao setor portuário, mediante manifestação favorável do Poder Concedente; e

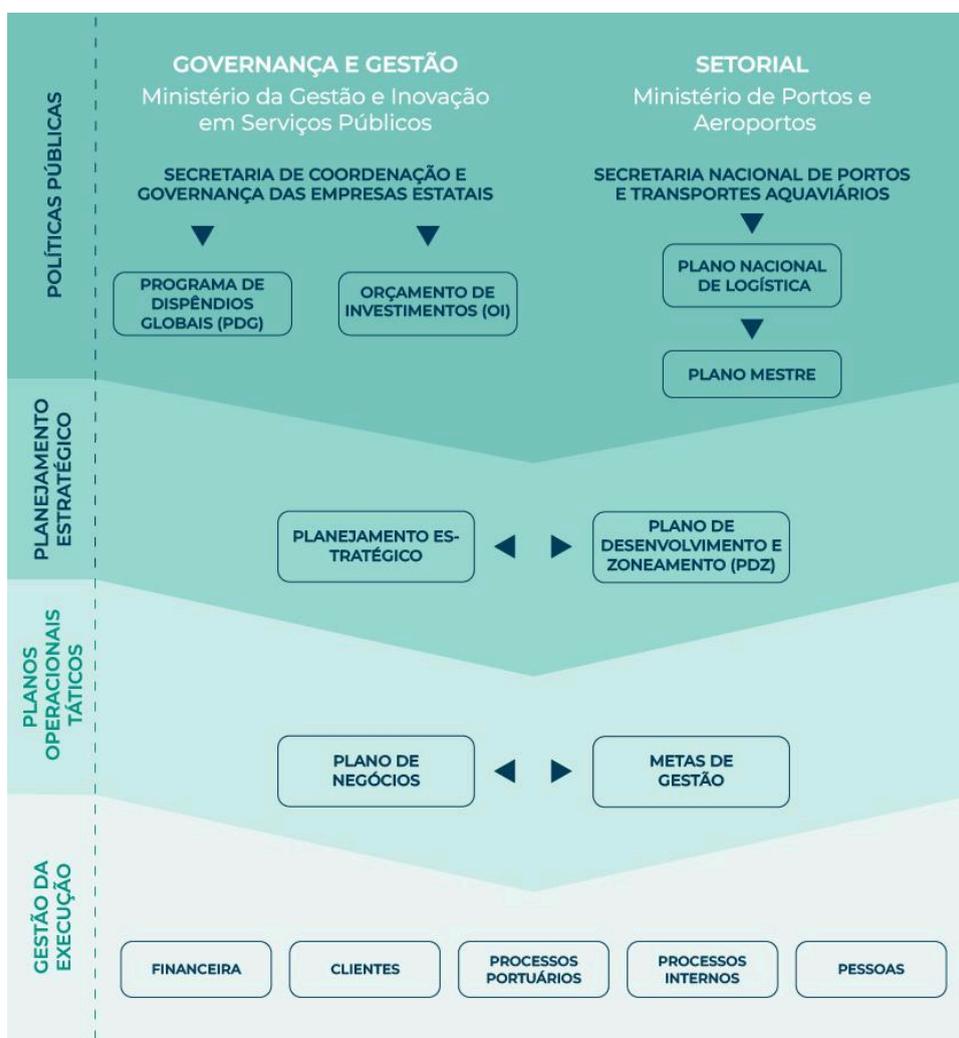
e. coordenar as funções de combate a emergências ambientais e de segurança do trabalho.

Parágrafo único: O disposto nas alíneas b e c do inciso II não se aplica à embarcação militar que não esteja praticando comércio, nos termos do § 3º do art. 17 da Lei nº 12.815/2013.

2.1 ENTREGAS DE VALOR PÚBLICO

Os portos são considerados o principal elo da cadeia de transporte de mercadorias e uma das suas principais funções é atender à necessidade de movimentação de diversos tipos de cargas, como graneis sólidos e líquidos, carga geral e contêineres. Integram uma cadeia logística global, em constante evolução, e por isso necessitam manter a qualidade de seus serviços à altura de um mercado competitivo e complexo.

A PortosRio pauta suas ações com base nos instrumentos de planejamento setorial e programas de governo, como o Plano Nacional de Logística – PNL, o Plano Mestre e o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento – PDZ, de cada um de seus portos, além do Plano Geral de Outorgas.



2.1.1 DIRECIONAMENTO ESTRATÉGICO

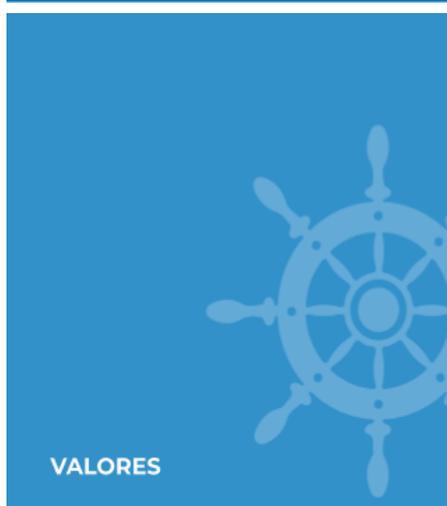
Em atendimento aos instrumentos de Políticas Públicas que regem suas atividades, e em estrita consonância com seu objeto definido em Estatuto Social, a PortosRio adota o seguinte direcionamento estratégico para consecução de seus objetivos, sustentado em sua missão institucional, sua visão de longo prazo e os valores adotados para balizar suas atividades e relacionamentos.



Prover infraestrutura e serviços comuns ao complexo portuário administrado, com excelência, sustentabilidade e segurança, a fim de assegurar a competitividade dos seus portos, contribuindo com o desenvolvimento socioeconômico de sua área de influência.



Ser reconhecida como a autoridade portuária de excelência no que tange à gestão portuária e agregação de valor ao usuário, com sustentabilidade econômico-financeira e ambiental.



ADAPTABILIDADE às mudanças de cenário,
PROATIVIDADE e transparência nas decisões,
RESPONSABILIDADE com os resultados,
ORIENTAÇÃO ao mercado e aos clientes,
ATITUDE ética e desconfortável ao erro,
RESPEITO às pessoas e ao ambiente.



Significado de APROAR: Levar a proa de uma embarcação ao seu objetivo.

2.1.2 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PARA DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES E CONTINUIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Ao longo de 2024, a PortosRio executou seu Planejamento Estratégico para o ciclo 2021-2025, reforçando seu comprometimento com os usuários de seu Complexo Portuário na prestação de serviços e infraestrutura de excelência. O Mapa Estratégico apresenta um conjunto de 13 objetivos em nível macro, sustentados por um portfólio de projetos.



A PortosRio dividiu seus objetivos em cinco perspectivas, seguindo a premissa de que todas estão encadeadas e são complementares, uma relação imprescindível de trabalho integrado e visão do todo, para o sucesso da estratégia traçada. Para isso, foi estruturado um painel de indicadores estratégicos para medir o desempenho do direcionamento adotado, que ajudam a Companhia a ajustar a rota sempre que necessário.

A rotina de mensuração, a análise desses indicadores e o estabelecimento de metas desafiadoras são parte crucial para assegurar que os objetivos sejam alcançados com sucesso, proporcione uma melhor qualidade do processo de tomada de decisão e guie o crescimento e o desenvolvimento da empresa no longo prazo.

Os objetivos do exercício, em nível micro, são atrelados ao conjunto de metas de gestão trimestrais da Diretoria Executiva, vinculadas ao Honorário Variável Mensal (HVM), definidos pela Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA/MPOR) e pelo Conselho de Administração da PortosRio.

O acompanhamento dos resultados dessas metas de gestão demonstrou o comprometimento da Diretoria Executiva na consecução dessas ações para a Companhia, mantendo 100% de aproveitamento no processo de avaliação das metas.

2.2 DECLARAÇÃO DE RECURSOS

Sua estrutura é custeada com recursos próprios, advindos das receitas tarifárias, arrecadadas em decorrência da movimentação de cargas, das receitas patrimoniais, oriundas dos arrendamentos de área e, ainda, das receitas de aplicações financeiras. Para os investimentos na infraestrutura são utilizados recursos advindos da receita patrimonial e com a participação da União, por meio do Programa de Dispêndios Globais e do Orçamento de Investimentos.

O faturamento da PortosRio está diretamente relacionado ao desempenho dos volumes de cargas movimentadas em seus portos. As variáveis que compõem a receita derivada da principal carga movimentada, minério de ferro, como a taxa de câmbio e o preço da commodity no mercado internacional, são determinantes no resultado financeiro obtido pela Companhia.

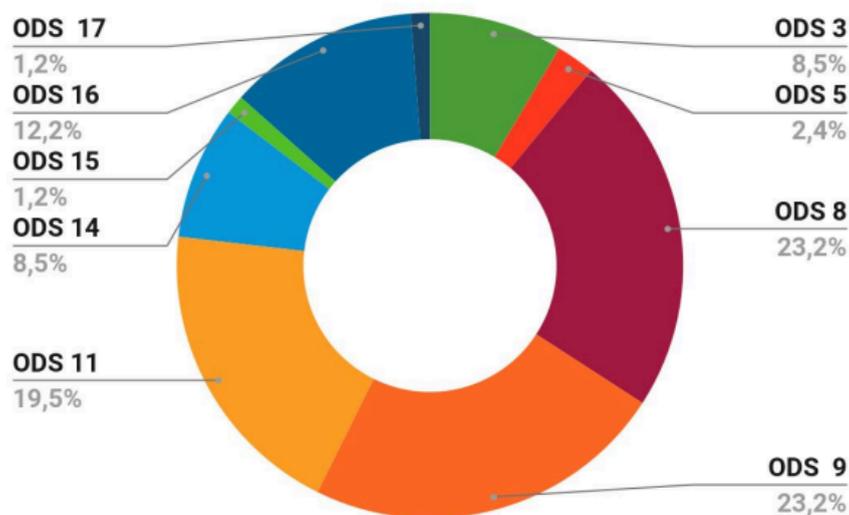
O decreto nº 12.280/24 aprovou o Programa de Dispêndios Globais – PDG/2025. O Orçamento de investimentos (total das despesas de capital) foi aprovado pela [Lei nº 15.121/2025 \(LOA/2025\)](#), detalhado em seu [Volume VI](#) e está contido no PDG. Os recursos disponíveis serão utilizados ao longo do ano, de acordo com a elaboração orçamentária e [Planejamento Estratégico](#) vigente.

2.3 ADERÊNCIA AOS ODS E INICIATIVAS DE ASG

A PortosRio vem trabalhando para se tornar um porto sustentável, que concilia interesses econômicos, sociais e ambientais. Suas ações e projetos estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Agenda 2030 da ONU. O gráfico a seguir mostra a alocação dos projetos do portfólio por ODS relacionados.



Alocação de projetos x ODS



MATERIALIDADE

TEMA MATERIAL

Governança Corporativa e Ética nos Negócios

ESTRUTURA

Governança Corporativa e Gestão de Riscos

ODS



Relacionamento com os Clientes, Novos Negócios e Ampliação de Receitas

Visão Organizacional, Estratégia e Desempenho



Estratégia Financeira e Saneamento de Passivos Históricos

Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis



Mercado Internacional de Commodities

Ambiente Externo

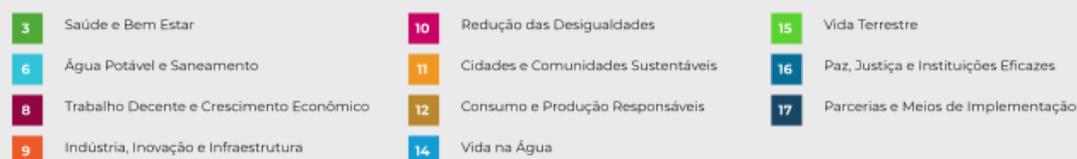


Responsabilidade Socioambiental

Sustentabilidade



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)



Em sua Materialidade, a PortosRio evidencia um conjunto de ODS, que se relacionam com os temas relevantes do seu negócio e que impactam a estratégia organizacional.

O Tribunal de Contas da União - TCU realiza levantamentos, através de questionários, sobre a Governança, Sustentabilidade e Gestão nas organizações públicas federais, bem como estimula que boas práticas sejam adotadas por cada uma delas. O resultado deste trabalho é a compilação dos dados em 14 indicadores. Como forma de aprimoramento, em 2024 adicionou práticas relacionadas com sustentabilidade social e ambiental, compondo assim o primeiro indicador público federal sobre ESG (Environment, Social and Governance): o iESGo. As notas variam de 0% a 100% e, acima de 70%, são classificados como Aprimorado. O iESGo (índice ESG) da PortosRio, obteve resultado de 69,1%, classificado como Intermediário. Ainda assim, a PortosRio demonstrou ótima performance se comparada com as outras instituições participantes.

No âmbito da responsabilidade socioambiental, destaque para o ingresso no Mercado Livre de Energia (MLE) do Porto do Rio de Janeiro, com projeção de uma redução anual de emissões de CO² de mais 200 toneladas a partir da escolha de fontes renováveis como hídricas, eólicas, solares e biomassa, que são impulsionadas pelo MLE.

Na relação Porto-Cidade, os encontros presenciais agregaram valor ao processo de transparência e publicidade, uma vez que democratizou diversas colônias de pescadores, associações de marisqueiros, catadores de caranguejos, agricultores familiares, membros da Academia (UFRRJ, UFRJ, UNIRIO), poder público nas três esferas de governo (PESAGRO-RIO, EMBRAPA, MAPA, Secretaria de Meio Ambiente do Rio de Janeiro, Secretaria de Agricultura e Pesca de Itaguaí, dentre outras) e membros da sociedade civil organizada como Movimento Baía-Viva.

A área de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde - QSMS promoveu campanhas em alusão ao Janeiro Branco, Outubro Rosa e Novembro Azul. Houve também a campanha do Sinal X, engajada com o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, para conscientização da importância de reconhecer o sinal X na mão como sendo de uma potencial vítima de violência.

Os empregados puderam participar de palestra sobre a epidemia de dengue e a Lei Seca, evidenciando os riscos da combinação de álcool e direção. Na campanha de vacinação contra a gripe e Covid-19, a PortosRio contou com a parceria da Secretaria Municipal de Saúde e a arrendatária Triunfo Logística. Iniciou também um programa de saúde mental do trabalhador portuário, apoiado pela Comissão de Qualidade de Vida no Trabalho.

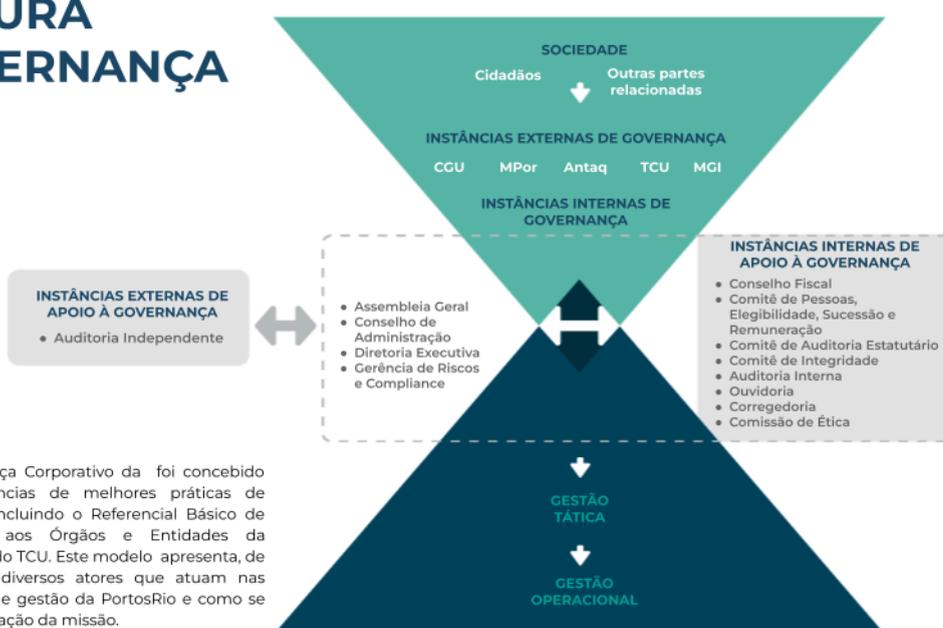


3. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A estrutura de governança e gestão da PortosRio tem como objetivos aumentar a transparência das atividades, adequar a filosofia de gestão à visão do plano estratégico, aperfeiçoar o mecanismo de responsabilização dos gestores, reforçar o compromisso com a conformidade e intensificar a geração de valor para os acionistas.

As instâncias internas de governança são responsáveis pelo direcionamento, monitoramento e avaliação da atuação da gestão da PortosRio. São, também, responsáveis por garantir que a estratégia e as políticas formuladas atendam ao interesse público. Já as instâncias internas de apoio à governança realizam a comunicação entre partes interessadas internas e externas à administração, bem como auditorias internas que avaliam e monitoram riscos e controles internos, comunicando quaisquer disfunções identificadas à alta administração.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA



Em 2024, a PortosRio realizou palestra sobre diversidade e inclusão, provendo o debate de temas sensíveis e por vezes não abordados no ambiente de trabalho, como forma de orientar a conduta dos empregados. Participou também de reunião ministerial estratégica sobre investimentos, governança e sustentabilidade.

3.1 INFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

A PortosRio - Autoridade Portuária (doravante, “PortosRio” ou “Companhia”), vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos, é uma empresa pública, sob a forma de sociedade anônima, de capital fechado, controlada pela União. No exercício da função de Autoridade Portuária, no Complexo Portuário do Estado do Rio de Janeiro, abrange os Portos do Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói, Angra dos Reis e Forno.

3.1.1 GESTÃO DE RISCOS

A Gerência de Riscos e Compliance (GERCOP) tem suas atribuições previstas no Estatuto Social e no Regimento Interno da PortosRio. A GERCOP está vinculada ao Diretor-Presidente, podendo se reportar diretamente ao Conselho de Administração caso haja suspeição do Diretor-Presidente, ou quando este deixar de cumprir suas obrigações.

Seu objetivo é dar suporte à missão, à continuidade e à sustentabilidade institucional. Assegura que as informações produzidas sejam íntegras e confiáveis à tomada de decisões, ao cumprimento de obrigações de transparência e à prestação de contas, além de manter a PortosRio em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis, salvaguardando e protegendo seus bens, ativos e recursos públicos contra desperdício, perda, mau uso, dano, utilização não autorizada ou apropriação indevida.

O mapeamento de riscos na PortosRio é direcionado priorizando a materialidade e a relevância dos processos e sua exposição aos seguintes riscos:

Operacionais: Eventos que podem comprometer as atividades da PortosRio, normalmente associados à falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e infraestrutura.

Ambientais: Eventos climáticos extremos que afetem a operação e/ou a infraestrutura portuária, ou acidentes/incidentes relacionados à operação, movimentação e armazenamento de cargas.

Reputação/Imagem: Eventos que podem comprometer a confiança da sociedade (ou de parceiros, de clientes ou de fornecedores) em relação à capacidade da PortosRio em cumprir sua missão institucional.

Tecnológicos: Eventos que podem comprometer as atividades da PortosRio, associados à falha, deficiência dos sistemas de gestão e proteção de dados.

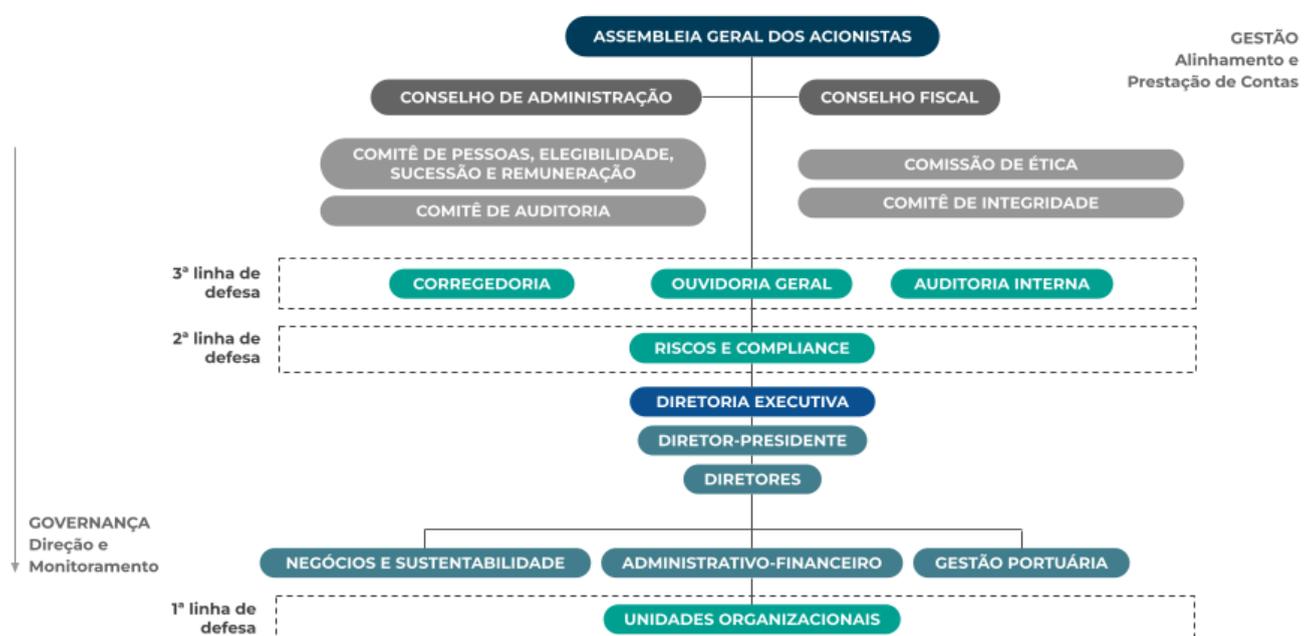
Regulatórios: Eventos derivados de alterações ou descumprimento de legislações ou normativas, que podem comprometer as atividades da PortosRio.

Financeiros: Eventos que podem comprometer a capacidade da PortosRio de contar com os recursos orçamentários e financeiros necessários à realização de suas atividades, ou eventos que possam comprometer a própria execução orçamentária, como atrasos no cronograma de licitações.

Integridade: Eventos, ações ou omissões que possam favorecer a ocorrência de fraudes ou atos de corrupção.

A Companhia organiza suas atividades de gestão de riscos de acordo com o modelo das três linhas de defesa.

LINHAS DE DEFESA



A **1ª linha de Defesa** é formada pelas Unidades Organizacionais, que atuam nas operações da Companhia. Essas unidades são responsáveis pela identificação de riscos dentro dos processos em que atuam e pela operacionalização dos controles internos, monitoramento e implementação de ações preventivas e corretivas para mitigação dos riscos.

A **2ª linha de Defesa** está estruturada pela Gerência de Riscos e Compliance. Esta estrutura tem a função de apoiar a primeira linha de defesa na construção de diretrizes e metodologia para gestão e mitigação dos riscos, assim como de disseminar o conhecimento e cultura de Riscos, Controles Internos e Compliance na Companhia.

A **3ª linha de defesa** é realizada pelas demais unidades que compõem o sistema de integridade da PortosRio, como a Superintendência de Auditoria Interna, a Gerência de Corregedoria e a Ouvidoria-Geral.

3.1.2 OUVIDORIA

A Ouvidoria-Geral é o espaço estratégico e democrático de comunicação entre a organização e seu público, visando fortalecer os mecanismos de cidadania e qualificar a gestão a partir dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade administrativa, publicidade e eficiência.

Faz parte da sua missão oferecer um canal de comunicação para apoiar a empresa em seu objetivo de garantir a efetividade operacional dos seus portos com sustentabilidade, competitividade das operações e foco na satisfação dos usuários, como agente de desenvolvimento socioeconômico e ambiental.

Como unidade responsável pelo recebimento, cadastro e análise de pedidos de informações, denúncias, elogios, reclamações, solicitações, sugestões e propostas, a Ouvidoria auxilia na prevenção, na detecção, na transparência e na resolução de possíveis irregularidades apontadas na execução dos programas, ações ou acordos firmados, bem como na prática de infrações e desvios de conduta de seus empregados.

Por meio da Ouvidora, interlocutora na interação com a sociedade, a PortosRio utiliza a Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação – Fala.BR, que permite que qualquer pessoa física ou jurídica registre e acompanhe os pedidos de acesso à informação, manifestações de ouvidoria e pedido de simplificação.

As denúncias e comunicações de irregularidade (denúncia anônima) são encaminhadas às áreas competentes para análise e manifestação, sendo acompanhadas, mensalmente, pelo Conselho de Administração.

As atividades da Ouvidoria estão disponíveis no endereço eletrônico da PortosRio - Autoridade Portuária: [clique aqui](#)

Alguns destaques do ano de 2024 podem ser visualizados em: [Relatório Anual 2024](#), páginas 30 a 33.

3.1.3 AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna da PortosRio Autoridade Portuária foi criada em 01/07/1979, pela Ordem de Serviço Nº DP - 038/79 que implantou a estrutura organizacional da PortosRio (Companhia Docas do Rio de Janeiro).

A estrutura atual da auditoria interna está disposta no Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAIN.T.

Nos termos da Lei nº 10.180/2001, IN MP/CGU nº 01/2016 e IN SFC nº 3/2017, a Auditoria Interna exerce as atividades da terceira linha de defesa, com base nos pressupostos de independência e objetividade.

A Auditoria Interna deve contribuir para o aprimoramento das políticas públicas, proteger o patrimônio e aumentar o valor da PortosRio Autoridade Portuária, auxiliando a organização a alcançar seus objetivos, adotando uma abordagem sistêmica e disciplinada para a avaliação, melhorando as operações e os resultados da Companhia.

A sua missão é aumentar e proteger o valor organizacional, prestando serviços de avaliação e consultoria, baseados em risco, auxiliando, de forma independente, ao aperfeiçoamento dos processos para o alcance dos objetivos com eficácia e eficiência.

Os Relatórios de auditoria estão disponíveis no endereço eletrônico da PortosRio - Autoridade Portuária: [clique aqui](#)

Alguns destaques do ano de 2024 podem ser visualizados em: [Relatório Anual 2024](#), páginas 35 a 36.

3.1.4 CORREGEDORIA

Em junho de 2021 foi criada a Gerência de Corregedoria da PortosRio, observados os requisitos do Decreto nº5.480/05. É vinculada ao Conselho de Administração e sua criação teve como principais objetivos garantir o deslinde das apurações disciplinares e implementar a Lei nº 12.843/13 na empresa, promovendo a responsabilização pelos atos lesivos praticados pelas pessoas jurídicas identificadas.

Os principais resultados dos processos instaurados, desde 2022, podem ser visualizados em: [Relatório Anual 2024](#), página 37.

3.1.5 INTEGRIDADE

O Sistema de Integridade da PortosRio reúne o conjunto de agentes, mecanismos e procedimentos internos adotados para a prevenção, detecção e combate à corrupção e fraudes, com o objetivo de garantir a integridade do processo de tomada de decisões e da prática de atos de gestão, pautando a conduta dos dirigentes, empregados, e stakeholders da Companhia.

Esse sistema é composto pelas áreas responsáveis pelas temáticas de Riscos, Conformidade, Ouvidoria, Ética, Compliance, Auditoria Interna e Corregedoria. Reforça o compromisso da PortosRio em consolidar a cultura de integridade, transparência e ética no ambiente corporativo e na forma como a empresa realiza seu negócio.

Resumo das principais práticas:

- Conselho de Administração e Fiscal permanente, com competências e funcionamento definidos no Estatuto Social da PortosRio;
- Existência do Comitê de Auditoria Estatutário;
- Existência de Comissão de Ética;
- Existência de Corregedoria;
- Existência do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração;
- Existência de uma Política de Indicação, Avaliação, Capacitação e Sucessão dos Membros dos Órgãos Estatutários;
- Existência de uma Política de Divulgação de Informações Relevantes;
- Existência de uma Política para Transações com Partes Relacionadas;
- Existência de uma Política de Distribuição de Dividendos;
- Existência de uma Política de Gestão de Riscos;
- Existência de uma Política de Governança;
- Existência de uma Política de Porta-Vozes;
- Existência de uma Política de Alçada Decisória;
- Existência de um Código de Conduta e Integridade;
- Existência de um Código de Ética;
- Existência de um Sistema de Integridade;
- Administradores e Conselheiros sujeitos à avaliação dos requisitos e vedações previstos na Lei nº 13.303/16 e no Decreto nº 8.945/16;
- Existência do Relatório anual previsto na Lei nº 6.404/76 e de Relatório de Gestão nos moldes da Instrução Normativa TCU 084/2020;
- Avaliação anual dos membros do Conselho de Administração, Comitê de Auditoria Estatutário e da Diretoria Executiva;
- Publicação das demonstrações financeiras;
- Auditoria Interna e Ouvidoria vinculada ao Conselho de Administração.

Os documentos de governança corporativa estão disponíveis no endereço eletrônico da PortosRio - Autoridade Portuária: [clique aqui](#)

3.1.6 INDICADORES DE GOVERNANÇA

Buscando a melhoria da eficiência, o aperfeiçoamento dos processos e a solidez de seu sistema de integridade adotado, a PortosRio destaca o resultado de 2024 dos indicadores que alcançaram o nível aprimorado, ou seja, acima de 70%:

82,7%

iGovOrcament (índice de governança e gestão orçamentárias)

72,3%

iGestContrat (índice de gestão de contratações)

82,6%

iGovPub (índice de governança pública organizacional)

72,2%

iGovContratações (índice de governança e gestão de contratações)

80,6%

iGestOrcament (índice de gestão orçamentária)

3.2 DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

O decreto nº 11.814/2023 aprovou o Programa de Dispêndios Globais – PDG/2024, alterado pelas Portarias do Ministério da Gestão e Inovação nº 3.153, 4.601, 4.594 e 9.722/2024. O Orçamento de investimentos (total das despesas de capital) foi aprovado pela lei nº 14.822/2024 (LOA/2024) e está contido no PDG.

Os quadros demonstrativos, análise de receitas e despesas, bem como a análise da execução de 2024 estão descritos em: [Relatório Anual 2024](#), páginas 99 a 102.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das S/A) e com os Pronunciamentos Contábeis, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, criado pela Resolução nº 1.055/05 do Conselho Federal de Contabilidade.

A auditoria foi realizada pela empresa Consult – Auditores Independentes, nos termos do Contrato CDRJ nº 026/2022. A íntegra das Demonstrações Financeiras e das Notas Explicativas podem ser acessadas na página eletrônica da PortosRio em: [clique aqui](#)

O Relatório anual de 2024 apresenta um resumo das demonstrações contábeis, que pode ser visualizado em: [Relatório Anual 2024](#), páginas 103 a 106.

3.3 COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES

Os resultados operacionais e financeiros alcançados pela PortosRio em 2024 refletem o compromisso contínuo da gestão com o desenvolvimento do ecossistema portuário. O desempenho expressivo registrado no ano reafirma a importância da modernização da infraestrutura e da

eficiência operacional para garantir competitividade e atrair novos investimentos.

A PortosRio, na sua competência de administradora dos portos e gestora de ativos públicos, tem a obrigação legal de garantir a devida remuneração pelo uso dos bens que administra. Visando um crescimento organizado e sustentável da empresa, a companhia alinhou os esforços de gestão ao seu Planejamento Estratégico 2024, de forma a incrementar suas receitas, tornar seus processos mais eficientes, prover infraestrutura portuária competitiva aos seus usuários e aprimorar sua governança corporativa.

3.3.1 RESULTADOS OPERACIONAIS

A PortosRio mantém sua posição como administradora do segundo maior complexo portuário em movimentação de cargas do Brasil entre os portos públicos. Composto pelos portos do Rio de Janeiro, Niterói, Itaguaí, Angra dos Reis e Forno, registrou no exercício de 2024 uma movimentação total de 76,2 milhões de toneladas, o que representa um crescimento de cerca de 9,3 milhões de toneladas ou 14% em relação a 2023, segundo dados do painel estatístico aquaviário da ANTAQ.

Este volume consolida a trajetória de evolução no desempenho das cargas movimentadas nos últimos 5 anos. Fazendo uma análise por perfil de carga, foi notória a dispersão do crescimento de todas as cargas, quais sejam: granel sólido, carga containerizada, carga geral, granel líquido e gasoso.

Os destaques para o bom desempenho na movimentação de cargas foram: aumento nos volumes exportados de minério de ferro pelo Porto de Itaguaí; forte expansão de carga containerizada, em função do crescimento nas operações de transbordo no Porto do Rio de Janeiro, bem como a recuperação de volumes no Porto de Itaguaí; e crescimento nos desembarques de petróleo e derivados. A única queda observada foi na movimentação de ferro gusa, por conta das obras de modernização do Cais da Gamboa durante o primeiro semestre. Ainda assim, este e outros investimentos em infraestrutura portuária, impulsionaram um crescimento de quase 15% na movimentação geral de cargas.

A corrente de comércio dos portos administrados pela PortosRio reflete o perfil de movimentação de cargas com elevada participação da China tanto nas importações quanto nas exportações. Os Estados Unidos também têm destaque, em especial, nas importações.

As importações são oriundas principalmente da China, sendo a carga containerizada – 37,2% de participação nas importações – a principal carga atualmente desembarcada nos portos do Rio de Janeiro e Itaguaí.

As exportações têm como principal destino a China, que tem no minério de ferro – 88% de participação nas exportações – a principal carga atualmente embarcada no porto de Itaguaí.

Mais informações sobre a movimentação de cargas, importações e exportações podem ser verificadas em: [Relatório Anual 2024](#), páginas 18 a 22.

3.3.2 RESULTADOS E ESFORÇOS DA GESTÃO

Com o objetivo de maximizar a exploração de áreas operacionais a CDRJ centrou esforços para o desenvolvimento de estudos técnicos e de viabilidade, além de grande esforço de prospecção para o arrendamento de terminais de diversas naturezas. No Porto do Rio de Janeiro, houve a licitação do terminal RDJ06, destinado à movimentação e armazenagem de granéis líquidos, arrematado pela Iconic Lubrificantes (o novo contrato envolve o montante de R\$ 70 milhões entre investimento, outorga e remuneração). No Porto de Itaguaí, o terminal ITG02 (especializado na movimentação e armazenagem de granéis sólidos minerais) foi arrendado pela Cedro Participações, representada pela Ágora, que assumirá a concessão com contrato de 35 anos e previsão de investimentos de R\$ 3,5 bilhões. Outros projetos seguem em andamento, como as áreas RDJ07, RDJ10 e RDJ11 no Rio de Janeiro, bem como o estudo para arrendamento de um Terminal de Granel Sólido (ITG03) no Porto de Itaguaí.

Ao longo do ano de 2024, a companhia se empenhou no desembaraço de imóveis que se encontravam penhorados e indisponíveis. O resultado foi a locação de um imóvel em São Cristóvão/RJ, a alienação de um imóvel no Centro/RJ e outro em Niterói. Houve ainda a retomada da gestão do Porto do Forno pela PortosRio, abrindo novas oportunidades para o desenvolvimento de negócios e expansão de atividades portuárias;

Com o objetivo de estimular a promoção comercial do complexo portuário, a CDRJ apoiou e participou de grandes eventos nacionais e internacionais, estreitando laços, viabilizando novos negócios e trazendo atualizações sobre as últimas tendências do setor portuário, como: participação na Sudeste Export, Intermodal South America, Seminário Economia do Mar, apresentação de projetos e oportunidades de investimento em Missão na Espanha, dentre outros.

A PortosRio recebeu o Certificado Ouro de transparência no site da companhia, com um notável índice de 90,57% de aderência aos critérios legais e boas práticas relacionadas, conforme avaliação do Tribunal de Contas da União (TCU).

Para consecução de sua missão em prover infraestrutura portuária competitiva, a Companhia realizou uma série de investimentos na implantação de facilidades e melhoria de instalações, onde se destaca a conclusão da obra de Ampliação e Modernização do Cais da Gamboa (fase 1) e a

dragagem para um calado operacional de 15,30 metros, possibilitando assim condições para receber os navios de classe New Panamax, de LOA 366, no Porto do Rio de Janeiro. Foi iniciada também a pavimentação viária no Porto do Rio de Janeiro e as obras do Truck Center no Porto de Itaguaí, com previsão de conclusão no ano de 2025.

A Companhia também deu continuidade ao projeto de implantação do VTMS, com o término do Projeto Básico para o porto do Rio de Janeiro e Itaguaí, a implantação do sistema de Monitoramento Ambiental - SMA, a aquisição e confecção de torres para acomodação dos radares e aquisição de ferramentas avançadas de segurança (SOC). Permanece em andamento a instalação de câmeras e radares, a reforma do CCO do Rio de Janeiro para abrigar a estrutura de monitoramento do VTS, bem como aquisições para o AIS e VHF digital.

No campo tecnológico, o destaque fica para a entrada em produção da solução integrada de tecnologia e gestão portuária, o SILOG. Trata-se de um sistema baseado em tecnologia web, focado na otimização e agilidade nos processos, com o objetivo de aumentar a integração com a comunidade portuária, reduzir sensivelmente o retrabalho, melhorar a acuracidade da informação através da diminuição do seu manuseio, pela integração com os demais sistemas já existentes e contribuir para o melhor controle e gerenciamento das operações. A solução possibilitou a padronização de gestão portuária nos portos administrados pela PortosRio.

3.4 FATORES DE RISCO, DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

A análise do ambiente interno é diretamente impactada pela complexidade da conjuntura externa. Alguns fatores de risco como a pressão inflacionária, a política monetária e as tensões geopolíticas, demonstram os desafios que os portos estão inseridos. Nesse sentido, o Planejamento Estratégico foi estruturado para o período de 2025 a 2030, como forma de direcionar as ações futuras.

O novo planejamento está fundamentado nos princípios de ESG (Ambiental, Social e Governança) e se desdobra em uma série de projetos que estão alinhados aos programas de governo, visando maximizar as oportunidades de mercado e o resultado da Companhia.

Com essa iniciativa, a PortosRio reafirma seu compromisso com a sustentabilidade e a excelência na gestão, preparando-se para enfrentar os desafios futuros e consolidar sua posição como referência em gestão portuária. O documento pode ser visualizado em: [Planejamento Estratégico 2025-2030](#)

3.5 COMPOSIÇÃO E REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

A remuneração e demais benefícios dos membros estatutários da Companhia são fixados anualmente em Assembleia Geral, nos termos da legislação vigente, conforme estabelecido no Estatuto Social da PortosRio.

Os valores da remuneração são definidos dentro das bases legais e acompanham o equilíbrio interno, desempenho da empresa e dos diretores, individualmente. A remuneração total engloba remuneração fixa, remuneração variável e benefícios, aprovados previamente pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST/MGI).

A Companhia adota o Programa de Remuneração Variável Anual (RVA), regido pela Lei nº 6.404/76 e o Honorário Variável Mensal (HVM), parcela variável do honorário mensal pago por trimestre. Tanto a RVA como o HVM são ponderados pelo cumprimento das metas de gestão pela Diretoria Executiva, sendo as metas do HVM estabelecidas trimestralmente em conjunto pela SNPTA/MPOR e o Conselho de Administração, e o Programa de RVA aprovado pelo Ministério de Portos e Aeroportos e pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST/MGI).

Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário e demais órgãos estatutários terão ressarcidas suas despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, sempre que residentes fora da cidade em que for realizada a reunião.

Caso o membro resida na mesma cidade da sede da Companhia, esta custeará as despesas de locomoção e alimentação. A remuneração mensal devida aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal não excederá a dez por cento da remuneração mensal média dos diretores da Companhia, sendo vedado o pagamento de participação, de qualquer espécie, nos lucros da Companhia.

A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria Estatutário será fixada pela Assembleia Geral em montante não inferior à remuneração dos Conselheiros Fiscais.

Os indicadores “Autossuficiência Tarifária” e “Evolução de Carga Movimentada” foram considerados, no bojo do programa de Remuneração Variável Anual da Diretoria – RVA, como aderentes à dimensão de Políticas Públicas, pois está diretamente relacionado aos esforços do provimento de infraestrutura e serviços comuns no complexo portuário administrado pela PortosRio, cujo resultado se traduz no desenvolvimento socioeconômico de sua área de influência.

As informações detalhadas quanto à remuneração dos administradores e Conselheiros Fiscais encontram-se disponíveis em: [clique aqui](#)

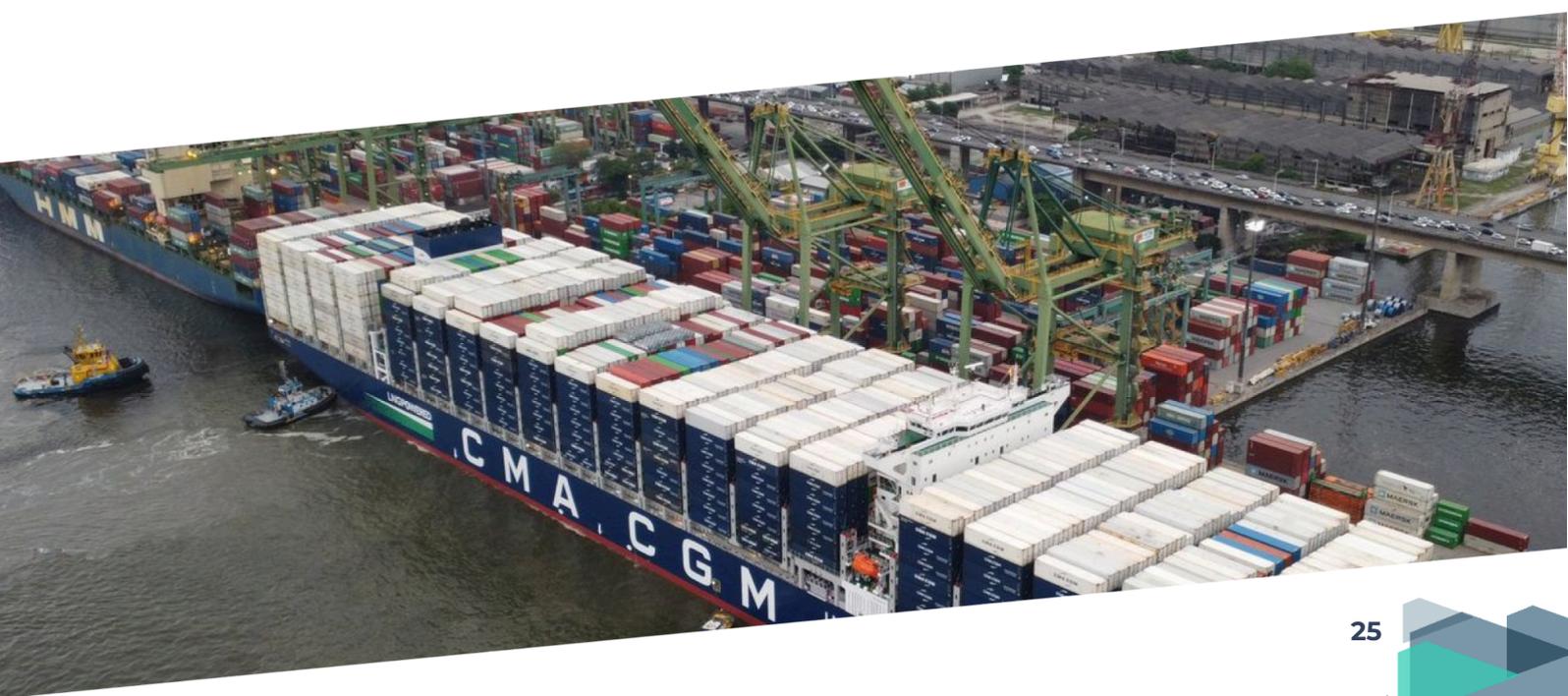
3.6 INOVAÇÕES EM GOVERNANÇA CORPORATIVA

A PortosRio está ampliando suas iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) e tornar suas operações mais sustentáveis. Os Portos do Rio de Janeiro e Itaguaí estão no centro desse processo, com ações estratégicas voltadas para a modernização da infraestrutura portuária e o incentivo a práticas ambientalmente responsáveis.

No Porto do Rio de Janeiro, os dois terminais de contêineres já operam com equipamentos eletrificados, reduzindo o consumo de combustíveis fósseis nas operações. Além disso, o porto passa por dragagens que possibilitarão a atracação dos maiores navios que operam no país, aumentando a eficiência logística e contribuindo para a redução das emissões por tonelada transportada. A PortosRio também está avançando nos estudos para a implantação do sistema shore power, que permitirá o fornecimento de energia elétrica às embarcações atracadas, eliminando a necessidade de queima de diesel fóssil durante a estadia no porto.

Já no Porto de Itaguaí, está em andamento o projeto de implantação de uma planta piloto de hidrogênio de baixo carbono e produção de combustíveis sustentáveis. A viabilidade desse projeto depende do fomento ao consumo desses produtos pelas indústrias do entorno, o que pode gerar escala e tornar a iniciativa financeiramente sustentável. Essa ação está alinhada à nova legislação sobre combustíveis sustentáveis e à Lei nº 15.103/2025, que instituiu o Programa de Aceleração da Transição Energética (Paten) no Brasil.

Para o próximo ano, a PortosRio planeja expandir ainda mais sua capacidade operacional, investir em novas tecnologias para otimização da logística e intensificar seus compromissos com a sustentabilidade. Além disso, a empresa busca fortalecer a governança corporativa e promover ainda mais a inovação, a eficiência e a competitividade dos portos sob sua administração.



4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste documento, foram relacionados conteúdos de outros instrumentos de governança, que podem ser verificados na íntegra, como forma de complementar tudo que foi apresentado e reforçando o compromisso da PortosRio com a transparência.

Planejamento Estratégico 2021-2025 e 2025-2030: [clique aqui](#)

Relatório Anual Integrado 2024: [clique aqui](#)

Relatório Anual da Administração / Demonstrações Financeiras 2024: [clique aqui](#)

Relatório de Execução 2024: [clique aqui](#)